EDITORIAL

Zulmar Fachin¹ Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya²

Como citar FACHIN, Zulmar Antônio; ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva. Editorial. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC, Londrina, v. 6, n. 2, e030, jul./dez., 2021. ISSN: 2596-0075. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v6n2.e030

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Direito Constitucional e Cidadania publica mais uma edição da sua revista. São catorze artigos científicos. Participam desta edição diversos professores pertencentes a vários Programas de Mestrado e Doutorado do Brasil. Percebe-se, pela qualidade dos textos, a discussão sobre temas de alta relevância e atualidade.

Cynthia Amaral Santos, João Felipe da Silva Fleury, Ana Valéria de Jesus Ribeiro Miranda e Humberto Cesar Machado realizam revisão doutrinária sobre o conflito, analisando criticamente sua representação social.

Dayse Braga Martins, a partir da experiência dramática do período pandêmico (Covid-19), coloca frente a frente a compulsoriedade da vacinação e as liberdades individuais. Analisa em que medida se pode invocar liberdades individuais como obstáculo à vacinação, em tempos pandêmicos.

Herick Feijó Mendes e Fernando César Costa Xavier tratam da lavra garimpeira no Estado de Roraima, Norte do Brasil, e a (in)constitucionalidade da Lei Estadual 1453/2021.

A partir das lições de Celso Furtado, Jéssica Yume Nagasaki, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, Letícia Aparecida Gonçalves Dias e Maiely Amaral dos Santos analisam a importância da educação no Brasil. Trata-se de um tema especialmente caro para o Brasil, frente ao déficit escolar existente em todos os níveis educacionais.

Albano Teixeira aborda os aspectos negativos, relativamente ao controle social no Estado pós-democrático, introduzidos pelos Decreto Federal 9808, de 28 de maio de 2019.

Doutor Direito em Constitucional (UFPR). Professor de Direito Constitucional na Universidade Estadual de Londrina e no Programa de Mestrado e Doutorado da Unicesumar. Coordenador do Programa de Mestrado Profissional "Direito, Sociedade e Tecnologias" da Escola de Direito das Faculdades Londrina. Editor da Revista de Direito Constitucional Cidadania (IDCC). Advogado.

E-mail: zulmarfachin@uol.com.br

Orcid:

https://orcid.org/0000-0001-5514-5547

Lattes:

http://lattes.cnpq.br/86407218 22545057

2 Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Pesquisadora do grupo Democracia, Cidadania e Estado de Direito - DeCIED e junto ao Instituto Gilvan Hansen - IGH. Docente da Escola de Direito das Faculdades Londrina - EDFL nos níveis de graduação e mestrado.

E-mail: naty.alfaya@gmail.com

Orcid:

https://orcid.org/0000-0002-0312-3677

Lattes:

http://lattes.cnpq.br/97319306 96524695 EDITORIAL

André Medeiros Toledo, Andressa Soares Borges Toledo e Mariana Ferreira da Silva discorrem sobre o princípio da precaução no Direito brasileiro, focalizando, especificamente, o RE 627.189-SP.

Dirceu Pereira Siqueira trata da possibilidade da ratificação do nome e gênero da criança e do adolescente transgênero, em face dos direitos da personalidade.

Dirceu Pereira Siqueira e Vivian Ayumi Iwai Ridão identificam violações dos direitos da personalidade da pessoa nubente trans diante da possibilidade de anulação do casamento por erro de fato.

Jaime Domingues Brito e Gércio Rui Alberto analisam a adoção de procedimentos vinculantes na solução de casos concretos e o respeito à liberdade religiosa.

Augusto Checue Chaimite traz inédita análise em homenagem aos vinte anos da Constituição de Moçambique, apontando os avanças experimentados e os novos desafios que se apresentam no horizonte.

Carlos Renato Cunha analisa os impactos na remuneração da empregada gestante afastada das atividades do trabalho presencial durante a pandemia da Covid-19, frente às inovações trazidas pela da Lei 14.151, de 12 de maio de 2021.

Bruno Makowiechy Salles discorre sobre as tipologias de decisão no âmbito da jurisdição constitucional.

Bruna Azevedo de Castro, Ashlei Beatriz Durante de Almeida e Jeniffer Thayline Nascimento Godoi elaboram crítica à violação do comportamento da vítima como circunstância judicial favorável ao réu nos crimes de violência sexual.

Giovani da Silva Corrato e Ana Carolina Prodorutti Alves abordam o tema censura x liberdade de expressão em manifestações artísticas, no contexto do Estado Democrático de Direito, este elevado a princípio fundamental na Constituição brasileira de 1988.

Londrina, PR, dezembro de 2021.

Este trabalho está licenciado sob uma licença <u>Creative Commons Attribution 4.0 International License</u>.